

HARMONIZEE DISTRIBUIDORA LTDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº: 05

TÚLIO BARROS ANSELMÉ, brasileiro, natural de Itaboraí-RJ, nascido em 12/02/1988, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF sob o nº. 124.470.597-79 e portador da Carteira de Identidade nº 21.811.541-8, órgão expedidor DETRAN RJ, emitida em 18.05.2004, filho de Derly Leite Anselmé e Norma Barros Alves Anselmé, residente e domiciliado a Rua Padre José Anchieta, nº 115, Bairro Centro, Alegre ES, CEP 29.500-000, único sócio da sociedade empresária limitada, com a Denominação Social de **HARMONIZEE DISTRIBUIDORA LTDA**, com sede de domicílio na Rua Padre José Anchieta, nº 115, Centro, Alegre ES, CEP: 29.500-000, registrada na **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** sob o NIRE 32202784637, por despacho em 15/07/2021 e devidamente inscrita no CNPJ sob nº 41.097.311/0001-06, resolve **ALTERAR** o referido **CONTRATO SOCIAL**:

I – Passam a ser os objetivos sociais:

8630-5/04 – Atividades odontológicas;
9602-5/02 – Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza;
4644-3/01 – Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;
4618-4/02 – Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odontomédico - hospitalares;
4645-1/01 – Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
4645-1/02 – Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia;
4645-1/03 – Comércio atacadista de produtos odontológicos;
4646-0/01 – Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;
4646-0/02 – Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
4772-5/00 – Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal;
4773-3/00 – Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos;
8599-6/04 – Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial;
4635-4/99 – Comércio atacadista de bebidas.

II – Fica alterado o foro de eleição para a comarca de Alegre – ES para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial ou privilegiado que seja

III – Ratificam-se as demais cláusulas, constantes no contrato primitivo, não alcançadas por este instrumento.

IV – Por força deste instrumento de Alteração Contratual, consolida-se o Contrato Social com a seguinte redação:

CAPÍTULO I Da denominação, sede.

Cláusula 1ª – A sociedade limitada girará sob a denominação social de **“HARMONIZEE DISTRIBUIDORA LTDA”**, regendo-se pelo presente contrato, pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, como regência supletiva, pela Lei n.º: 6.404/76 no que for aplicável e demais disposições legais pertinentes.

Cláusula 2ª – A sede social fica na Rua Padre José Anchieta, nº 115, Centro, CEP: 29.500-000, na cidade de Alegre no Estado do Espírito Santo.

HARMONIZEE DISTRIBUIDORA LTDA

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº: 05

CAPÍTULO II

Dos objetivos

Cláusula 3ª – Constituem os objetivos sociais:

- 8630-5/04** – Atividades odontológicas;
- 9602-5/02** – Atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza;
- 4644-3/01** – Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;
- 4618-4/02** – Representantes comerciais e agentes do comércio de instrumentos e materiais odontomédico - hospitalares;
- 4645-1/01** – Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- 4645-1/02** – Comércio atacadista de próteses e artigos de ortopedia;
- 4645-1/03** – Comércio atacadista de produtos odontológicos;
- 4646-0/01** – Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;
- 4646-0/02** – Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- 4772-5/00** – Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal;
- 4773-3/00** – Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos;
- 8599-6/04** – Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial;
- 4635-4/99** – Comércio atacadista de bebidas.

CAPÍTULO III

Do Capital Social

Cláusula 4ª – O capital social é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) dividido em 80.000 (oitenta mil) quotas do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente integralizado, passa a ser assim distribuído:

- **TÚLIO BARROS ANSELME** 80.000 (oitenta mil) quotas no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo Único – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro aprovado pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

Cláusula 5ª – As quotas são livremente transferíveis entre os sócios; fora isto, o sócio que pretender alienar a terceiros, deverá comunicar aos demais quotistas dessa intenção, indicando preços e condições. Se dentro de 60 (sessenta) dias a contar da comunicação com prova de recebimento, o ofertante não receber resposta dos demais quotistas, ficará liberado para negociá-las com terceiros.

Parágrafo Único – Nos 30 (trinta) dias subsequentes à notificação, podem os demais sócios optar pela dissolução da sociedade.

CAPÍTULO IV

Da Administração.

Cláusula 6ª – A sociedade será administrada e representada, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente pelo sócio **TÚLIO BARROS ANSELMÉ**, já qualificado acima, por prazo indeterminado.

HARMONIZEE DISTRIBUIDORA LTDA

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº: 05

Parágrafo Único – Caso a sociedade tenha necessidade de indicar ou destituir administradores não sócios, cujo ato será feito por reunião, haverá, obrigatoriamente, a aprovação de 2/3 dos detentores do capital social.

CAPÍTULO V

Do Prazo de Duração

Cláusula 7ª – O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO VI

Do Exercício Social

Cláusula 8ª – O exercício social iniciar-se-á a primeiro de janeiro de cada ano e terminará a trinta e um de dezembro de cada ano, quando será levantado balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis previstas em Lei ou neste Contrato Social que, serão apreciadas na reunião de sócios, conforme estabelecido no Artigo 14, letra "f" deste instrumento.

§1º – Os lucros, após, feitas as provisões legais e tecnicamente recomendadas, terão o destino que os quotistas indicarem. Havendo distribuição sob qualquer forma, serão na proporção de cada quotista no capital social.

§2º – Havendo antecipação de lucros e quaisquer outras retiradas semelhantes, e ao final do exercício social estes não se realizarem, os sócios, se obrigam, a repor as quantias recebidas a estes títulos, no prazo máximo de até dez dias contados do encerramento do exercício.

§3º – Ao final do exercício social, havendo apuração de perdas, estas serão suportadas pelos sócios, na proporção de suas quotas no capital social.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Cláusula 9ª – Em caso de falecimento de sócio, este será representado na sociedade, para todos os efeitos legais, pelo inventariante até a partilha.

Parágrafo Único – Caso os herdeiros do sócio que falecer desejarem não continuar na sociedade, os haveres do "de cujus", serão pagos em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pelo índice aplicado às cadernetas de poupança, com base em um balanço patrimonial especial levantado na data do evento.

Cláusula 10 – Os sócios e administradora declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 11 – Havendo saída de qualquer sócio por qualquer outro motivo ou causa, exceto as disposições contidas no Artigo 9.º e Artigo 13, §4.º deste contrato, os haveres do sócio que sair, serão pagos em doze parcelas mensais, iguais e

HARMONIZEE DISTRIBUIDORA LTDA

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº: 05

sucessivas, corrigidas pelo índice aplicado às cadernetas de poupança, com base em um balanço patrimonial especial levantado na data do evento.

CAPÍTULO VIII

Do Foro

Cláusula 12 – Fica eleito o foro da comarca de Alegre – ES para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial ou privilegiado que seja.

CAPÍTULO IX

Das Deliberações Sociais

Cláusula 13 – As deliberações sociais serão tomadas através de reuniões de sócios, nos termos dos Artigos 1.071 a 1.080 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

§1º – Além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato social, os sócios devem deliberar sobre:

I – aprovar as contas dos administradores, até o último dia do quarto mês, subsequente ao término do exercício social;

II – designar administradores em ato separado do presente contrato social;

III – destituição de administradores;

IV – fixar a remuneração dos administradores;

V – modificação do contrato social;

VI – incorporação, fusão, cisão, transformação ou dissolução da sociedade, ou ainda a cessação do estado de liquidação;

VII – nomeação e destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas;

VIII – pedido de concordata;

IX – alienação de bens de valores relevantes e fundos de comércio, fianças e avais;

X – eleição, destituição, fixação de remuneração e prazo de mandato de membros do conselho fiscal;

XI – outros assuntos de interesse social.

§2º – As decisões dos sócios tomadas em reuniões, inseridas no parágrafo primeiro deste artigo, deverão observar o quórum seguinte:

a) nos incisos de V, VI e IX, pelos votos correspondentes a, no mínimo, três quartos do capital social;

b) nos incisos II, III, IV e VIII, pelos votos correspondentes a, no mínimo, a mais da metade do capital social;

HARMONIZEE DISTRIBUIDORA LTDA

ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº: 05

c) nos demais incisos, pela maioria dos votos dos presentes, salvo os casos previstos em lei ou no contrato, se estes exigirem maioria mais elevada.

§3º – A convocação dos sócios para as reuniões, será feita pela imprensa, com antecedência mínima de oito dias, a pedido dos administradores, de sócio e do conselho fiscal, se houver:

I – a convocação pela imprensa poderá ser dispensada com a presença de todos os sócios à reunião, ou quando estes declararem por escrito que têm conhecimento do local, data, hora e ordem do dia;

II – a reunião instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares detentores de três quartos do capital social e, em segunda, com qualquer número;

III – o sócio pode ser representado por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos autorizados;

IV – a reunião será presidida e secretariada por sócios escolhidas entre os presentes.

§4º – A sociedade poderá, mediante deliberação social através de reunião que represente mais de 50% do capital social, determinar a exclusão de sócio por justa causa nos termos dos artigos 1.085 a 1.086 da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002:

I – entende-se por justa causa, a prática de atos lesivos a terceiros, como emissão de cheques sem a devida provisão, inadimplência pessoal, conduta inadequada no meio social e ainda, em mora com a sociedade na integralização de capital ou qualquer outro pagamento decidido em reuniões;

II – ocorrendo fato dessa natureza, será convocada reunião específica, nos termos do parágrafo 3.º deste artigo, comunicando-se ao sócio nessa condição, concedendo-lhe prazo para que possa defender-se adequadamente até a realização da reunião;

III – deliberando a reunião pela exclusão, os haveres do sócio que for excluído, serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, corrigidas pelo índice de variação aplicado às cadernetas de poupança, com base em um balanço especial levantado para este fim, na data da exclusão;

IV – quando a exclusão ocorrer em virtude de não integralização de capital, far-se-á a restituição, apenas dos valores pagos. Não havendo qualquer integralização, ao sócio excluído não caberá qualquer direito, inclusive os relacionados ao ativo oculto (Good Wil).

§5º – As reuniões ou assembleias tornar-se-ão dispensáveis nos termos do §3.º do artigo 1.072 da Lei n.º: 10.406, de 10.01.2002 - DOU de 11.01.2002.

Cláusula 14 – Compete aos administradores:

a) a prática de quaisquer atos de administração e de gestão financeira, no interesse social;

b) a representação da sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, perante repartições ou entidades de direito público ou privado;

HARMONIZEE DISTRIBUIDORA LTDA ALTERAÇÃO CONTRATUAL Nº: 05

- c)** assegurar o pleno funcionamento da sociedade;
- d)** fazer cumprir as presentes disposições contratuais e as deliberações emanadas das reuniões dos sócios;
- e)** os administradores poderão agir, individualmente, representando e obrigando a sociedade, em todos os atos negociais;
- f)** os administradores, obrigatoriamente, ao final de cada exercício social, apresentarão: o inventário, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico para aprovação dos sócios;
- g)** pelo efetivo exercício da gestão social, os administradores poderão fazer jus a uma retirada mensal pró-labore, que será fixada pelos sócios.

CAPÍTULO X Do Conselho Fiscal

Cláusula 15 – A sociedade poderá instituir Conselho Fiscal a qualquer tempo, composto de três membros efetivos e suplentes, sócios ou não, vedada a participação de administradores, eleitos e destituídos pela reunião de sócios.

CAPÍTULO XI Do Porte da Sociedade, Enquadramento como Empresa de Pequeno Porte

Cláusula 16 - A sociedade empresária limitada declara que se enquadra na condição de **Empresa de Pequeno Porte**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

E, por estarem assim ajustados, assinam o presente juntamente com as testemunhas abaixo.

Alegre – ES, 27 de março de 2023.

TÚLIO BARROS ANSELMÉ



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa HARMONIZEE DISTRIBUIDORA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
12447059779	